
TERMO DE REFERÊNCIA 003/2018

Projeto “Consolidando Experiências de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira”

1. Vagas

Contratação de 01 consultor especialista na área de **Ecologia/Fauna** no Bioma da Amazônia para participar de ações voltadas para a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Andirá-Marau (AM/PA), da etnia Sateré-Mawé.

2. Contextualização da Instituição

O Centro de Trabalho Indigenista – CTI é uma associação sem fins lucrativos, fundada em março de 1979 por antropólogos e indigenistas. É constituído por profissionais com formação e experiência qualificadas e comprometidos com o futuro dos povos indígenas. Tem como marca de sua identidade e atuação direta em terras indígenas por meio de projetos elaborados a partir de demandas locais, visando contribuir para que os povos indígenas assumam o controle efetivo de seus territórios, esclarecendo-lhes sobre o papel do estado na proteção e garantia dos seus direitos constitucionais.

O CTI atua em terras indígenas inseridas nos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica e possui as seguintes linhas de ação:

- Apoio às ações de gestão territorial e ambiental
- Apoio ao fortalecimento institucional das associações indígenas
- Ações de formação e fortalecimento cultural

3. O projeto “Consolidando Experiências de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira”

O Objetivo geral do projeto é promover a gestão territorial e ambiental sustentável em Terras Indígenas (TIs), contribuindo para a redução do desmatamento, por meio da: (i) implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Vale do Javari, localizada no Estado do Amazonas, e do PGTA das TIs Krikati e Governador, no Estado do Maranhão; e (ii) elaboração de PGTA da TI Andirá-Marau, nos Estados do Pará e do Amazonas, e do PGTA da TI Nova Jacundá, no Estado do Pará, no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). O Projeto se dá no âmbito do apoio financeiro do Fundo Amazônia/BNDES.

4. Contexto da elaboração do “Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Andirá-Marau”

A elaboração do Programa de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Andirá-Marau busca dar continuidade ao processo de autodeterminação e independência econômica do povo Sateré-Mawé.

O objetivo deste projeto é realizar o etnomapeamento das micro-bacias-hidrográficas (Baixo, Médio e Alto rio Andirá; Baixo, Médio e Alto rio Marau; Urupadi; Manjuru; Miriti; Waicurapá) que compõem a TI Andirá-Marau, subsidiando as discussões com os Sateré-Mawé e buscando soluções de gestão ambiental e territorial para as pressões ambientais e fundiárias deste território.

A TI Andirá-Marau, segundo informações do CGTSM – Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé – tem em torno de 100 aldeias, com população de 13.350 habitantes (07/2014) tendo sido homologada em 1984, com 788.528 há, situada nos municípios de Maués, Barreirinha, Parintins, Itaituba e Aveiro (AM/PA), com áreas de sobreposição com o Parque Nacional da Amazônia (11%) e com a Floresta Nacional do Pau-Rosa (3%).

Até as primeiras décadas do século XX, os Sateré-Mawé escolhiam lugares preferencialmente nas regiões centrais da mata, próximos às nascentes dos rios, para implantarem seus sítios de família extensa. Nestas regiões, os mais velhos contam que a caça era abundante, encontravam grande quantidade de “filhos de guaraná” (*Paullinia cupana* variedade *sorbillis*), de palmeiras como o açaí, tucumã, pupunha, bacaba, além do mel e da castanha, que

constituía sua dieta alimentar. Atualmente, na porção sul da TI Andirá-Marau ainda há áreas preservadas de floresta ombrófila densa essenciais à reprodução de sua vida tradicional.

A proliferação de aldeias às margens dos rios Marau e Andirá vem ocorrendo desde a metade do século XX, e deve-se às interferências das missões religiosas, do extinto SPI – Serviço de Proteção ao Índio, da Funai, dos regatões, das sucessivas epidemias, e mais recentemente dos partidos políticos e dos programas governamentais. Estes fatores levaram os Sateré-Mawé para a beira dos rios, ficando mais próximos do transporte para as cidades de Maués, Barreirinha e Parintins.

Paralelamente a este deslocamento do padrão de ocupação territorial tradicional, nos últimos 30 anos a população da TI Andirá-Marau triplicou. Este sensível crescimento demográfico foi responsável por desmatamentos, devido à abertura de aldeias e roças, ocasionando pressão sobre os estoques de caça e pesca, trazendo preocupação com relação à segurança alimentar das famílias que dependem da conservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres.

No final da década de 1970, vários tipos de caça faziam parte da dieta alimentar dos Sateré-Mawé, e inclusive os indígenas davam primazia a caça ao invés do pescado. Os caçadores eram admirados, e os indígenas apreciavam a carne da anta, veado, paca, cotia, vários tipos de macaco, preguiça, tatu, alguns pássaros como o inambu, e outros animais.

No início da década de 1980, a empresa estatal francesa de petróleo Elf-Aquitaine, resguardada por um contrato de risco com a Petrobrás, invadiu a TI Andirá-Marau e efetuou um levantamento sismográfico visando descobrir possíveis lençóis de petróleo. Para tanto, abriu 200 km de picadas e clareiras para pouso de helicópteros na região do rio Andirá, derrubando indiscriminadamente a mata. As explosões com cargas de dinamite enterradas nas picadas afugentaram a caça por um longo tempo, e alguns Sateré-Mawé afirmam que o estoque de caça jamais voltou ao normal.

Cabe mencionar que as novas gerações estão cada vez mais voltadas para os atrativos das cidades (Maués, Barreirinha e Parintins), apresentando pouca mobilização para acompanhar seus pais e tios no aprendizado das artes da caça e da pesca. Soma-se a este desinteresse dos jovens a entrada maciça da alimentação industrializada, propiciada pela renda da Bolsa Família, das aposentadorias, dos empregos nas áreas da saúde e educação, substituindo sensivelmente a carne de caça e o pescado por frango e peixe congelado.

No entanto, os Sateré-Mawé ainda contam com muitos caçadores, principalmente nas comunidades a partir dos cursos médios dos rios e em suas cabeceiras. E, de modo geral, tem

grande respeito por esta especialidade, observando-se em suas conversas o temor que sentem pelas feras, como a onça pintada e a onça preta, e pelos seres encantados da mata, como são exemplo o curupira e o juma.

5. Objetivos da consultoria

Realizar etnomapeamento da fauna juntamente com os Sateré-Mawé visando a elaboração de diagnóstico para proposição de diretrizes que combatam a escassez da caça e incentivem a retomada desta prática nas novas gerações.

6. Atividades para elaboração do PGTA

São previstos dois anos de trabalho para realização das atividades do projeto, registradas no quadro seguinte.

Atividade	Período previsto
1. Dois (02) cursos de formação de agentes ambientais indígenas, um no rio Andirá e outro no rio Marau.	20 dias
2. Dez (10) expedições para etnomapeamento nas sub-regiões da TI Andirá-Marau (micro bacias).	Cada expedição varia de 15 a 30 dias
3. Oficinas de trabalho para apresentação dos dados cartográficos para discussão da matriz de planejamento de gestão territorial e ambiental, realizada nos mesmos locais onde ocorreram os cursos de formação dos agentes ambientais indígenas.	20 dias
4. Reuniões devolutivas para discussão dos indicadores de gestão ambiental e territorial da TI Andirá-Marau, nas sete (07) aldeias onde foram realizadas as reuniões de mobilização.	40 dias

5. Seminário para validação do PGTA na Assembleia do CGTSM.	03 dias
6. Edição final do caderno de mapas e do documento do PGTA.	60 dias

A participação do especialista da Fauna no Bioma da Amazônia se dá nas seguintes atividades:

- Nos dois (02) cursos de formação dos agentes ambientais indígenas *, conjuntamente com a antropóloga especialista nos Sateré-Mawé, um especialista em meliponicultura, um especialista em fauna, um ictiólogo e um especialista em manejo de fogo.
- Nas expedições de etnomapeamento das micro-bacias conjuntamente com os agentes ambientais indígenas, com os especialistas da equipe técnica do projeto, com os agricultores e caçadores Sateré-Mawé de cada uma das regiões nos rios Andirá, Uaicurapá, Marau, Miriti, Urupadi e Manjuru. O nº de expedições que o especialista na Fauna deverá participar varia de 04 a 05 expedições.
- Nas duas (02) oficinas de trabalho para discussão da matriz de planejamento de gestão territorial e ambiental.

* Os cursos de formação dos agentes ambientais indígenas já estão confirmados nos períodos de 02 a 08/04/2018 no rio Marau, e 23 a 29/04/2018 no rio Andirá.

7. Atividades gerais a serem desenvolvidas

- Preparar e acompanhar a realização de atividades de formação de agentes ambientais indígenas;
- Assessorar e acompanhar os agentes ambientais indígenas na realização de expedições para etnomapeamento nas sub-regiões da TI Andirá-Marau (micro bacias);
- Assessorar os agentes ambientais indígenas em oficinas de trabalho para a sistematização de informações georeferenciadas;
- Elaborar relatórios técnicos narrativos das atividades;
- Auxiliar na elaboração final do PGTA, propondo diretrizes e recomendações para a gestão territorial e etnozoneamento.

Todas as atividades do consultor passam pela preparação de material específico para a atividade em questão, sistematização dos dados de campo, acompanhamento do trabalho de

cartografia; elaboração de relatório aprofundado das atividades, e reuniões com a equipe técnica do projeto (presenciais ou via Skype).

8. Atividades Específicas a serem desenvolvidas

- Realizar o levantamento faunístico e o diagnóstico participativo com vistas à gestão territorial e ambiental por meio de registros e documentação de espécies da Mastofauna, Avifauna e Herpetofauna, incluindo análises das espécies ameaçadas e vulneráveis e de importância e preferência para a caça;
- Propor metodologia para o diagnóstico participativo da Fauna, incluindo os atributos ecológicos a serem levantados e as ferramentas aplicadas (questionários, etnomapeamento, etnozoneamento, entrevistas, chaves e sistemas de identificação/classificação);
- Identificar e mapear áreas de importância para a caça, e relevantes para a dinâmica reprodutiva e migratória e as áreas degradadas e vulneráveis;
- A partir conhecimento obtido no diagnóstico participativo e nas expedições de etnomapeamento elaborar relatório técnico síntese do levantamento da fauna/caça;
- Realizar levantamentos de dados secundários/bibliográficos de pesquisas e da caracterização da fauna regional, contemplando, também, os aspectos ecológicos da paisagem na importância das espécies da flora pelos diferentes grupos faunísticos, como alimentação, ninhos, dormitório, entre outros usos.

9. Qualificações obrigatórias e habilidades

- Formação em nível superior em Ecologia/Biologia;
- Conhecimento dos aspectos teóricos da Etnobiologia/Etnoecologia;
- Experiência de trabalho com povos indígenas e/ou populações tradicionais;
- Experiência em ferramentas de Diagnóstico participativos e Etnomapeamento;
- Experiência em levantamentos, monitoramento e manejo de Fauna;
- Bom conhecimento em legislação ambiental e indigenista;
- Boa capacidade de escrita e expressão oral;
- Desejável possuir conhecimentos básicos em aplicativos de processamento de texto e planilhas.
- Uso avançado de GPS;
- Boa capacidade de trabalho em equipe;

- Capacidade didática para formação de agentes ambientais indígenas;
- Disponibilidade para permanecer longos períodos de campo na TI Andirá-Marau (municípios de Maués, Parintins, Barreirinha, Itaituba e Aveiro).
- Disponibilidade para contratação imediata.

10. Qualificações desejáveis

- Experiência de trabalho na região do Médio Amazonas.

11. Remuneração

Será feito um contrato com o consultor por atividade desenvolvida. A remuneração será realizada por atividade, mediante apresentação de nota fiscal válida.

Estimou-se valores diferenciados para as etapas da consultoria considerando que as atividades de campo (cursos de formação, expedições e oficinas de trabalhos) demandam períodos diferenciados.

A remuneração por atividade inclui os seguintes produtos:

Produto	Porcentagem da remuneração
1) Plano de Trabalho contendo metodologia, cronograma e bibliografia preliminar.	20%
2) Relatório preliminar após cada atividade.	30%
3) Entrega e aprovação do relatório aprofundado.	50%

As despesas para a realização das atividades de campo serão custeadas pelo projeto.

12. Procedimentos para candidatura

- Envio de currículo e carta de apresentação com breve descrição da trajetória profissional, motivações de candidatura a vaga e contato de duas pessoas que possam dar referências profissionais (máximo de 02 páginas).

- A documentação deve ser enviada para o e-mail selecaocti@trabalhoindigenista.org.br com o título TR 003/2018.

13. Prazos do processo seletivo

Atividade	Período/data
Envio dos currículos e carta de apresentação	24/01 a 15/02/2018
Divulgação dos selecionados para entrevista (apenas as pessoas selecionadas serão contatadas, via e-mail)	19/02/2018
Período das entrevistas	19 a 23/02/2018
Divulgação do resultado final do processo seletivo	26/02/2018

As entrevistas serão realizadas em São Paulo (SP). No caso de impossibilidade de comparecimento, as entrevistas poderão ser realizadas via Skype, telefone ou meio de comunicação análogo, a critério do contratante.